



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gab. do Des. ARNÓBIO ALVES TEODÓSIO

ACÓRDÃO

QUEIXA-CRIME Nº 0001422-60.2016.815.0000

RELATOR : O Exmo. Des. Arnóbio Alves Teodósio
QUERELANTES : Paulo Roberto Agostinho Meireles e Gerson Candido de Farias
ADVOGADO : Henrique Toscano Henriques e outros
QUERELADO : Zenóbio Toscano de Oliveira

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. QUEIXA-CRIME. Imputação a Prefeito Municipal a prática dos delitos previstos nos arts. 138, 139 e 140 do CP. Falta do pagamento das custas judiciais. Ausência de benefícios da justiça gratuita. Arquivamento.

- Nas ações intentadas mediante queixa, não sendo os querelantes beneficiários da justiça gratuita, a ausência de pagamento das custas judiciais, apesar de intimados, importará no arquivamento da queixa-crime (Art. 806, do CPP).

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados.

Acorda o Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de

Justiça do Estado da Paraíba, à unanimidade, em ARQUIVAR A QUEIXA-CRIME, em harmonia com o parecer ministerial.

RELATÓRIO

Paulo Roberto Agostinho Meireles e Gerson Candido de Farias, qualificados na peça de ingresso, ofereceram queixa-crime contra Zenóbio Toscano de Oliveira, também qualificado nos autos, atualmente Prefeito Municipal da cidade de Guarabira, imputando-lhe a prática delituosa tipificada nos artigos 138, 139 e 140, todos do Código Penal.

Isso porque, segundo aduzem os querelantes, na inicial de fls. 02/05, que, no dia 20 de julho de 2016, em uma Convenção Partidária do partido PSDB, bem como na realização de Comício, no dia 13 de setembro de 2016, o querelado durante os discursos proferiu calúnias, difamações e injúrias contra eles.

Primeiramente, os autos foram distribuídos à 2ª Vara da Comarca de Guarabira, tendo a magistrada *primeva* declinado a competência para o Tribunal de Justiça da Paraíba, em razão da reeleição do querelado ao cargo de prefeito da referida cidade, fl. 23.

O caderno processual foi recebido neste Tribunal, no dia 25/10/16 (fl. 25).

Em manifestação inicial, a Procuradoria-Geral de Justiça verificou que os autores não comprovaram o pagamento das custas processuais relativas à ação penal privada que propuseram e opinou pela intimação deles para que supram a omissão.

Sugestão deferida pelo então Relator à época, Des. Joás de Brito Pereira Filho.

Embora devidamente intimados para o ato (ver fl. 32), os advogados dos querelantes deixaram decorrer o prazo sem apresentar o comprovante do recolhimento das custas processuais, fato certificado à fl. 35.

Em nova manifestação, a Procuradoria-Geral de Justiça, através de parecer subscrito pelo Dr. Nelson Antônio Cavalcante Lemos – 1º Subprocurador-Geral de Justiça – opinou pela rejeição da queixa-crime interposta em razão dos querelantes não serem beneficiários da justiça gratuita. (fl. 37).

É o relatório.

VOTO: Exmo. Sr. Des. ARNÓBIO ALVES TEODÓSIO**(Relator)****Juízo de Admissibilidade**

Como se sabe, o art. 806 do CPP determina que, nas ações intentadas mediante queixa, nenhum ato ou diligência se realizará, sem que seja depositada em cartório a importância das custas. No § 2º do mesmo dispositivo, o legislador dispõe expressamente, que o não pagamento das custas, no prazo, importará renúncia à diligência requerida ou deserção do recurso interposto. Vejamos:

Art. 806. Salvo o caso do art. 32, nas ações intentadas mediante queixa, nenhum ato ou diligência se realizará, sem que seja depositada em cartório a importância das custas.

§ 1º Igualmente, nenhum ato requerido no interesse da defesa será realizado, sem o prévio pagamento das custas, salvo se o acusado for pobre.

§ 2º A falta do pagamento das custas, nos prazos fixados em lei, ou marcados pelo juiz, importará renúncia à diligência requerida ou deserção do recurso interposto. (Grifei)

O art. 16 da Lei Estadual nº 8.071/06, preconiza:

"As custas judiciais, salvo disposição em contrário, serão pagas no ato do ajuizamento da ação."

No caso em questão, como bem ressaltou a magistrada *a quo* no despacho exarado à fl. 21, os querelantes não são beneficiários da Justiça Gratuita, uma vez que ambos exercem o cargo de vereador na cidade de Guarabira, além de outras atividades remuneradas. E, embora devidamente intimados, os autores da ação penal não apresentaram comprovante do recolhimento das custas processuais, conforme certidão de fl. 35, desatendendo, assim, o disposto no art. 806 e art. 16 da Lei Estadual nº 8.071/06.

Desta forma, diante da não comprovação do prévio recolhimento das custas iniciais pelos querelantes, indispensável na ação penal privada, rejeito a presente queixa-crime e determino o seu arquivamento.

Diante do exposto, **DETERMINO O ARQUIVAMENTO** da queixa-crime, em harmonia com o parecer ministerial.

É como voto.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Senhor Desembargador Joás de Brito Pereira Filho – Presidente. Relator: Excelentíssimo Arnóbio Alves Teodósio. Participaram ainda do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores João Benedito da Silva (Vice-Presidente), Ricardo Vital de Almeida (Juiz convocado para substituir o Des. Carlos Martins Beltrão Filho), Marcos William de Oliveira (Juiz convocado até o preenchimento da vaga de Desembargador), Tércio Chaves de Moura (Juiz convocado para substituir o Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos), Saulo Henriques de Sá e Benevides, Marcos Cavalcanti de Albuquerque, Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, João Alves da Silva, Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, José Ricardo Porto, Leandro dos Santos, Luiz Sílvio Ramalho Júnior e Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti. Ausentes, justificadamente, os Exmos. Srs. Desembargadores Maria das Graças de Moraes Guedes, José Aurélio da Cruz (Corregedor-Geral de Justiça), Oswaldo Trigueiro do Valle Filho e Abraham Lincoln da Cunha Ramos.

Presente à sessão o Excelentíssimo Senhor Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen, Procurador de Justiça, em substituição ao Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Seráphico Ferraz da Nóbrega Filho, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba.

Tribunal Pleno, Sala de Sessões "Des. Manoel Fonsêca Xavier de Andrade" do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, no dia 04 de outubro de 2017.

**Des. ARNÓBIO ALVES TEODÓSIO
RELATOR**